**PROCESSO** nº 1206-6002/2015

**INTERESSADO:** Esequiel Chagas da Cruz e Outros

**ASSUNTO:** Indenização por apreensão de arma de fogo.

**PARECER TÉCNICO**

Trata-se do Processo Administrativo nº 1206-6002/2015, em 01 (um) volume, com 50 (cinqüenta) folhas, referente à solicitação de pagamento de verba de caráter indenizatório por apreensões de armas de fogo, realizadas por Esequiel Chagas da Cruz e Outros – Agente da Policia Militar– AL Matrícula nº 120345.2

Os autos foram encaminhados a esta **Controladoria Geral do Estado – CGE** para análise e parecer técnico.

**1 - RELATÓRIO**

**I - PRELIMINARMENTE**

Observa-se que o processo de pagamento de verba de caráter indenizatório por apreensões de armas de fogo encontra-se em conformidade ao que preconiza a Lei Estadual nº 7.313/2011, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 17.760/2012, e alterações dadas pela Lei nº 7.550/2013.

**2 – DO EXAME DOS AUTOS**

Feitas as considerações PRELIMINARES acima expostas, passamos a analisar os aspectos que merecem relevo na aferição da ***“análise e emissão de parecer técnico”*,** conforme requerido pela Superintendência de Auditagem desta CGE/AL (fls. 50).

Atendo-se à disciplina estabelecida pela Lei e Decreto Estaduais acima citados, confere-se que o presente Processo Administrativo foi instruído como segue:

1. Às fls. 02, verifica-se o Requerimento nº 237/2015 – 8º BPM, de 06/10/2015, de lavra do Comandante do 8º BPM, solicitando a concessão de indenização por apreensão de arma de fogo, listando o requerente de participante da apreensão, a arma apreendida, revólver tauros calibre 38 numeração suprimida, encaminhando a superior consideração do Comandante do 8º BPM.
2. Fls. 03/17 observa-se**: Boletim de Ocorrência, Auto de prisão em Flagrante, Auto de Apresentação e Apreensão** de Wemesson Correia Gomes, 01 (um) revolver tauros calibre 38 e demais itens contidos nas fls. 09, tendo sido apresentada ao Delegado de Policia FRANCISCO MEDSON LIMA MAIA, cópia de **Documentos de Identificação dos Militares**, eDeclaração, datada de 06/10/2015, de Lavra do Comandante do PAA/8º BPM, informando que os Militar estão lotados no 5º Batalhão da Polícia Militar.
3. Fls. 18 encontra-se Despacho nº 1074/2015-GSCG/ASS, para providenciar indenização devida aos policiais relacionados.
4. Fls. 20/21, cópia da Portaria nº 38**/**GS/2016, de 04/01/2016 e de lavra do Secretário, de Estado de Segurança Pública sua publicação no Diário Oficial do Estado em 01/03/2016, concedendo aos Policiais a indenização e determinando o valor de **R$ 173,33 (Cento e setenta e três reais e trinta e três centavos)**, pela apreensão da arma de fogo.
5. Fls. 26/48, Despacho nº 0123/SUPOFC/2016, datado de 25/04/2016, da Superintendente do Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade, encaminhando os autos ao Secretário de Segurança Pública, informando que em virtude da publicação do Decreto nº 48.049, de 15/04/2016, solicita autorização para dar prosseguimento aos tramites.
6. Fls. 49/50, constata-se despacho da Chefia de Gabinete e da Superintendência de Auditagem desta Controladoria Geral, encaminhando os autos para análise e parecer.

**É O RELATÓRIO.**

**3 - NO MÉRITO**

De toda a explanação e detalhamento dos autos, contidos no ***“Relatório e no Exame dos Autos”*** do presente Parecer, observa-se que o processo foi devidamente instruído, de forma que os documentos apresentados dão suporte à solicitação dos requerentes feita às fls. 02.

**4 - CONCLUSÃO**

Após a análise realizada, conclui-se pela procedência do crédito, conforme solicitado às fls. 02 dos autos.

Por fim, encaminhem-se os autos ao Gabinete da Controladora Geral, para conhecimento da análise apresentada, sugerindo o retorno dos autos a PM/AL, para adoção das medidas pertinentes aos pagamentos.

Maceió, 13 de setembro de 2016.

**Márcia Soares Costa Correia**

Assessor de Controle Interno/ Matrícula nº 101-5

De acordo:

**Adriana Andrade Araújo**

Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9